



Estado de Pernambuco
Poder Legislativo

Câmara Municipal de Tacaratu

Lei nº 4.320/64 (NBC T 16.6)

C.N.P.J.: 11.411.832/0001-17

Rua

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP

ANEXO 12 - Balanço Orçamentário - DCASP

DEZEMBRO/20



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA FILHO, ADALGISA MARIA DA CONCEICAO BRITO
Acesse em: <https://scte.ice.pe.gov.br/validaDoc.seam> Código do documento: 194201ff-c65e-49a5-be61-3a7b463d8318

QUADRO PRINCIPAL

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO RECEITA (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d= (c-b)
Receitas Correntes (I)				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Receita de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receita de Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Receitas de Capital (II)				
Operações de Crédito				
Alienação de Bens				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)				
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)				
Operações de Crédito Internas				
Mobiliária				
Contratual				
Operações de Crédito Externa				
Mobiliária				
Contratual				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)				
Déficit (VI)			3.344.708,34	
TOTAL (VII) = (V + VI)			3.344.708,34	3.344.708,34
Saldos de Exercícios Anteriores				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superávit Financeiro				
Reabertura de Créditos Adicionais				

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)



Documento Assinado Digitalmente por: ANTONOR GOMES DE OLIVEIRA FILHO, ADALGISA MARIA DA CONCEICAO BRITO
 Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 194201ff-c65e-49a5-be61-3a7b4d3d8318

a) CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Nome da entidade: Câmara Municipal de Vereadores de Tacaratu
CNPJ: 11.411.832/0001-17
Domicílio da entidade: Travessa Júlio Cavalcanti Lacerda, 01 Centro Tacaratu – PE CEP: 56.480-000
Natureza das operações e principais atividades da entidade: A Câmara Municipal de Tacaratu, concedida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 106-6 é um Órgão Público do Poder Legislativo Municipal, possui como atividade principal - Administração pública em geral . Sua fonte financeira deriva das transferências financeiras efetuadas pelo Poder Executivo a título de duodécimo mensal, até o dia 20 de cada mês, conforme preconiza o artigo 168 da Constituição Federal.
Dados do Gestor: Nome: LUCAS BALBINO TORRES Presidente CPF Nº 078.076.634-21 Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2022.
Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas: Adalgisia M. da Conceição Brito Contador CRC-BA Nº 036.659/O CPF Nº 988.141.505-59

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

<p>b.1. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 117, de 28 de Outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV nº 119, de 04 de Novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público publicadas pelo conselho federal de contabilidade (CFC), em especial a NBC TSP16.6. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados.</p>
<p>b.2. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentaria detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, deduções da receita corrente, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e déficit. Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superavit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.</p>

CÂMARA MUNICIPAL DE TACARATU



NOTAS EXPLICATIVAS (ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

Documento Assinado Digitalmente por: ANTENOR GOMES DE OLIVEIRA FILHO, ADALGISA MARIA DA CONCEICAO BRITO
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: 194201ff-c65e-49d5-be61-3a7bd43d8318

b.3.Bases de mensuração utilizadas:

Quanto ao sistema orçamentário de acordo com o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas.

b.4.Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.5.Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

c) DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c.1. Resultados da Receita Orçamentária:

A previsão de arrecadação de receitas (Duodécimo) da Câmara Municipal, para o exercício financeiro de 2022 foi no valor de R\$ 3.353.000,00. Durante o exercício o valor realizado foi no total de R\$ 3.345.241,24.

c.2. Resultados da Despesa Orçamentária:

A despesa autorizada somando-se os créditos adicionais totalizam R\$ 3.353.000,00. O valor empenhado foi de R\$ 3.344.708,34, o liquidado R\$ 3.344.708,34, e, o pago foi no total de R\$ 3.344.708,34,

c.3.Resultados da Execução Orçamentária:

Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara o Duodécimo recebido (R\$ 3.345.241,24), menos as despesas empenhadas (R\$ 3.344.708,34), houve um equilíbrio orçamentária o valor o duodécimo recebido, foi maior que as despesas empenhadas. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete, apenas, o aspecto orçamentário.

c.4.Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados:

Não existem para esta entidade restos a pagar não processados inscritos.

c.5. Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados:

Não existem para esta entidade restos a pagar processados inscritos.

c.6.Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:

Não existem para esta entidade restos a pagar não processados liquidados.

c.7.Utilização do Superavit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superavit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário.

c.8 Detalhamento das Receitas Intraorçamentárias:

Não existem receitas intraorçamentárias, uma vez que, esta Casa Legislativa, não possui em seu quadro efetivos que contribuam para o RPPS, durante o exercício de 2022.

c.9 Detalhamento das Despesas Intraorçamentárias:

Não existem despesas intraorçamentárias, uma vez que, esta Casa Legislativa, não possui em seu quadro efetivos que contribuam para o RPPS, durante o exercício de 2022.

c.10.Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário):

Das dotações orçamentárias iniciais somadas com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 3.344.708,34

c.11.Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.

c.12.Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2021 foram de R\$ 0,00. Dos valores vindos do exercício anterior e quanto aos recursos próprios, foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente.

c.13. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Deficit Orçamentário:

As transferências recebidas no exercício de 2022, somam um total de R\$ 3.345.241,24.

CÂMARA MUNICIPAL DE TACARATU

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)



Documento Assinado Digitalmente por: ANTENOR GOMES DE OLIVEIRA FILHO, ADALGÍSIA MARIA DA CONCEIÇÃO BRITO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: f94201ff-c65e-49a5-be61-3a7b463d8318

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Orçamento	
Receita	
Realizada	0,00
Prevista	0,00
(=) Excesso de Arrecadação	0,00
Despesa	
Realizada	3.344.708,34
Previsto	3.353.000,00
(=) Economia Orçamentária.	8.291,66
Resultado	
(+) Receita Realizada.	0,00
(-) Despesa Executada	3.44.708,34
(=) Superavit / Deficit de Execução.	-
2.562.738,55	

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não se aplica a este demonstrativo.
d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.
d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.
d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

Lucas Balbino Torres
Presidente
CPF Nº 078.076.634-21

Adalgisia Maria da Conceição Brito
Contadora
CRC-BA Nº 036.659/O